



*Conferenza Episcopale Italiana*

## **DECLARAÇÃO DE BOA CONDUTA**

### **PARA OS PRESBÍTEROS DIOCESANOS**

S.E. Mons. \_\_\_\_\_

Bispo da Diocese de \_\_\_\_\_

#### **certifica o seguinte**

referente ao presbítero \_\_\_\_\_

em serviço na Diocese de \_\_\_\_\_

1. Que observações o Bispo que envia pode fazer sobre o comportamento do presbítero em questão em relação ao seu *status* sacerdotal? Suas condições mentais, morais, emocionais ou físicas podem influenciar ou impedir o cumprimento das tarefas relacionadas ao seu *status* sacerdotal?

---

---

---

2. Houve no passado processos legais (eclesiásticos ou civis) contra o presbítero em questão? Se a resposta for sim, com quais resultados?

---

---

---

3. O presbítero já se comportou de maneira a supor que seu comportamento poderia ser inapropriado para com outras pessoas, incluindo menores e pessoas vulneráveis?  
Ele já foi acusado de comportamento inadequado em relação a outras pessoas, incluindo menores e pessoas vulneráveis? [Cfr. CEI e CISM, *Linee guida per la tutela dei minori e delle persone vulnerabili* (4.5)]<sup>1</sup>

---

---

---

4. O presbítero é afetado por alcoolismo, uso de drogas ou qualquer outro abuso de substâncias?

---

---

5. O presbítero está pronto para retornar à diocese de origem uma vez cumprido seu mandato ou nos casos previstos pela Convenção?

---

---

6. Existem aspectos particulares nos quais o bispo que acolhe é convidado a vigiar?

---

---

---

7. Outras observações

---

---

Lugar \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

O Bispo da Igreja que envia \_\_\_\_\_ (assinatura e carimbo)

---

<sup>1</sup> « No caso de presbíteros extra-diocesanos que exercem um ministério pastoral em uma diocese, mesmo que temporariamente, bem como para religiosos a quem uma designação diocesana é confiada pelo Bispo, o Bispo ou o Superior maior *ad quem* deve receber informações por escrito do bispo ou superior *a quo*, verdadeiras e completas, incluindo quaisquer elementos suspeitos ou de alarme. A mesma obrigação cabe ao Bispo ou Superior que autoriza ou ordena o exercício do ministério em outras circunscrições eclesiais. A documentação eclesial pode ser devidamente preenchida com atestados civis que excluam qualquer precedente no assunto. »